

125 milhões de cruzeiros; no mesmo espaço de tempo, a despesa do setor público passou de 28 a 122 milhões de cruzeiros. A relação entre o setor público e o setor privado, entre 1947 e 1954, quanto à formação de capital fixo, evoluiria de 15 e 85%, respectivamente, para 20 e 80%. O setor privado reclamou sempre, naquele tempo, da amplitude da intervenção estatal.<sup>82</sup> Os interesses ligados ao capital externo combateram-na, então, com virulência.

Uma das formas com que a intervenção do Estado ficou caracterizada, então, foi a do planejamento. Inaugurando, em 1944, a Comissão de Planejamento Econômico, Vargas sentenciaria que “o livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos, é a anarquia pura e simples”. Já em 1939, sob o Estado Novo, o Governo tentara implantar o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que se estenderia até 1943, quando foi elaborado o Plano de Obras e Equipamentos, que reviu as metas previstas no anterior. No período 1948-1950, seria elaborado o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Energia, para funcionar no quinquênio 1950-1954 e que, no segundo ano, motivou a criação do Conselho de Coordenação e Planejamento Econômico. Eram tímidos ensaios daquilo que viria a ser, no período seguinte, a intervenção estatal planejada, com metas estabelecidas e com definições políticas ostensivas. Logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o Estado Novo estava às vésperas da derrocada, o Governo tentara deflagrar um processo de defesa da economia nacional, apelidado, pelos opositores, de “lei malaia”, porque pretendia fiscalizar os lucros. Era uma fase de luta política acirrada, que começava: os interesses externos, até aí peados pela guerra, retornavam, e violentamente. A industrialização por substituição de importações chegara ao fim. A controvérsia ligada à taxa alfandegária, no confronto entre protecionistas e livre-cambistas, perdia sentido.

<sup>82</sup> “A intervenção do Estado na economia dos países subdesenvolvidos e, em particular, na América Latina, não foi orientada no sentido de limitar as funções do capital privado; ela surgiu precisamente para suprir as deficiências desse capital privado, buscar melhor aplicação para recursos escassos e dispersos, enfrentar a espoliação e a concorrência estrangeira, criar a base econômica necessária ao reforçamento da independência nacional. Contudo, à medida que o país caminha em seu processo de desenvolvimento, ocorrem mudanças na relação entre o setor estatal e os interesses privados. Nem sempre permanece a harmonia de interesses da fase inicial. Representantes da iniciativa privada passam a reclamar limites para a ação do Estado, abolição dos monopólios estatais, venda das empresas públicas. Mas a pressão maior tem sido de origem externa, daqueles grupos estrangeiros que querem transformar a intervenção do Estado em instrumento de sua expansão e vitória sobre os capitais nacionais” (Helga Hoffmann: *Como Planejar Nosso Desenvolvimento?*, Rio, 1963, p. 39).